

## Legislação ambiental e a gestão de unidades de conservação no Maranhão

### *Environmental legislation and management of protected areas in Maranhão*

Fernando Oliveira Piedade\*

**Resumo:** Abordam-se o planejamento e a gestão das Unidades de Conservação no Estado do Maranhão. A pesquisa foi realizada com base nos métodos de abordagem qualitativo-descritivos e no método hipotético-dedutivo, apoiados nos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de material bibliográfico; pesquisa em *sites* especializados e utilização de uma imagem que indica as Unidades de Conservação no Maranhão. Os resultados obtidos evidenciam que a Lei 9.985, de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Código de Proteção Ambiental

\* Mestre em Direito com bolsa da Capes-Prosop tipo 1 pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) conceito Capes 5 com área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas. Integrante do grupo de pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas” coordenado pela Professora Marli Marlene Moraes da Costa. Graduação em Direito com bolsa Fies pela Faculdade Estácio de São Luis-MA. Graduação em Licenciatura Plena em Letras e suas respectivas literaturas com Habilitação Português e Espanhol pela Faculdade Santa Fé com bolsa integral Pronui. Especialista em Língua Portuguesa e Linguística pela Faculdade Evangélica do Meio Norte (Faeme) e Metodologia do Ensino da Língua Espanhola pela Faculdade Santa Fé. Professor Substituto na Universidade Estadual do Maranhão em Colinas-MA, no Departamento de Letras. Trabalhou na Universidade Federal do Maranhão com a disciplina Língua Espanhola e Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com bolsa Capes na modalidade professor-pesquisador pelo Profbepar. Campo de atuação no Direito: Constitucional, Direito Penal, Processo Penal, Introdução Geral ao Direito, Metodologia do Ensino Jurídico, Português Jurídico, Filosofia do Direito, Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado, História do Direito, Sociologia Jurídica, Antropologia Jurídica, Estágio Curricular, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Hermenêutica Jurídica, Formas Alternativas de Resolução de Conflitos com ênfase na Justiça Restaurativa. Campo de atuação em Letras: Linguística, Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Leitura e Produção de Texto, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Estágio Curricular.

do Estado do Maranhão, instituído pela Lei 5.405, de 1992 e a Lei 9.413/2011, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, apresentam pouca eficácia para os programas de planejamento e gestão destinados às categorias daquele sistema, isso é facilmente verificado, pois das 11 Unidades de Conservação que o Maranhão possui somente três delas possui o Plano de Manejo, a justificativa é que o Estado não dispõe aparato técnico-profissional para a gestão das Unidades de Conservação, o que vai de encontro aos objetivos estabelecidos na legislação.

**Palavras-chave:** Planejamento. Gestão. Unidades de Conservação. Maranhão.

**Abstract:** It approaches the planning and management of protected areas in the state of Maranhão. The survey was conducted based on the methods of descriptive and qualitative approach in the hypothetical – deductive method supported on the following instruments: survey and analysis of bibliographic material; research on specialized sites and use an image that indicates the Conservation Units of Maranhão. The results show that the Law 9985 of July 2000, establishing the National System of Nature Conservation Units and the Code of the State Environmental Protection Maranhão established by Law 5,405 of 1992 and the Law 9413 which established the State System Conservation Units, are not much for planning programs and management aimed at categories of System, it is easily verified, since the 11 Conservation Units the Maranhão has only three of them have the Management Plan, the justification is that the state does not provides technical and professional apparatus for the management of Units, which goes against the objectives set out in legislation.

**Keywords:** Planning. Management. Conservation Units. Maranhão.

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, verificou-se uma crescente preocupação com questões ambientais acerca da degradação do meio ambiente. As práticas não sustentáveis de uso dos recursos naturais acarretam perda acelerada da diversidade biológica. O desenvolvimento sustentável foi institucionalizado como solução aos problemas causados pela ocupação humana em Unidades de Conservação (UCs), um dos aspectos polêmicos para a gestão de áreas protegidas. No entanto, a proposta de delimitação de áreas protegidas sem ocupação humana, na criação dos primeiros parques nacionais, foi gradativamente modificada principalmente pela inexorável presença da sociedade no espaço que se pretendia proteger.

As UCs constituem-se em áreas delimitadas no território às quais são atribuídos diversos graus de proteção, com a imposição de restrições à

ocupação da terra e ao uso dos recursos naturais, visando à conservação da natureza, à manutenção e melhoria da qualidade ambiental, bem como ao controle e à manutenção desses recursos para utilização futura.

No Brasil, essas discussões suscitaram a estruturação de políticas de proteção ambiental, em que se inclui o art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc/2000). O Maranhão é um estado privilegiado em termos de recursos naturais, por isso também aderiu à pauta e, atualmente, atribui à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão (Sema), através da Superintendência de Desenvolvimento e Educação Ambiental/Departamento de Preservação e Conservação Ambiental (SDEA/DPCA), a responsabilidade pela execução das políticas estaduais de proteção da natureza maranhense.

Falar sobre as UCs do Maranhão é analisar de que forma os instrumentos de proteção e preservação socioambientais são levantados, tais como: um estudo da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente e a Constituição do Maranhão no que se refere à política ambiental estadual. A partir desse ponto, são focados no objeto de estudo as UCs, e é abordado o SNUC, instrumento de suma importância para direcionar as políticas de preservação e conservação das UCs do Maranhão. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a legislação ambiental e a gestão dessas unidades no Maranhão.

## **2 Metodologia**

A metodologia utilizada neste trabalho foi desenvolvida com base na abordagem qualitativo-descritiva e no método hipotético-dedutivo, bem como em procedimentos metodológicos.

Na abordagem qualitativo-descritiva, pretende-se evidenciar que o processo de implantação e efetivação das UCs no Maranhão deve ser um instrumento de política de proteção socioambiental e ter como base a gestão participativa, pois pode ajudar no fortalecimento do desenvolvimento local. Sendo uma pesquisa com enfoque qualitativo, permitiu reconhecer e identificar como o tema se desenvolve, para que, assim, seja possível desenvolvê-la.

Para Spósito (2004, p. 24), o método hipotético-dedutivo é aquele “através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das

quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas”. Para Creswell (2007), esse método deve partir da análise global para estabelecer conclusões particulares. Foi utilizado para fazer a análise do planejamento e da gestão das UCs no Maranhão a partir do referencial teórico selecionado e da ausência de políticas de proteção socioambientais voltadas a esse tipo de temática, potencializando a contradição entre o Estado e o órgão gestor que assistem à população.

Para o complemento da pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de material bibliográfico específico e pesquisa documental em órgãos que têm relação ou contribuíram ou possam contribuir com o tema da pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e se buscou também analisar diversos estudos empíricos, os quais utilizaram, como categoria de análise, as UCs no Maranhão, com o objetivo de pesquisar os resultados obtidos e que vieram colaborar para a produção deste trabalho; pesquisa em *sites* especializados em UCs e utilização de uma imagem que indica todas as unidades no Maranhão.

### **3 Resultados e discussões**

#### ***3.1 Unidades de Conservação no Brasil***

Com a propagação da ideia do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872, com o objetivo de preservar suas belas paisagens “virgens” para as gerações futuras, o engenheiro e político André Rebouças propôs, em 1876, a criação de dois parques, o primeiro deles o Parque Nacional de Guaíra, e o segundo incluiria a ilha do Bananal. Porém, o primeiro parque brasileiro só foi criado em 1937, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo chamado de Parque Nacional de Itatiaia, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica, oferecer uma alternativa de lazer às populações urbanas e proteger a natureza. (BENSUSAN, 2006).

Com o estabelecimento do novo Código Florestal brasileiro em 1965, foram criados a Lei de Proteção aos Animais e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967. A primeira tinha como objetivos resguardar atributos da natureza, conciliando a proteção integral

da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para fins educacionais, recreativos e científicos. O segundo objetivava implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas em franca expansão pelo território nacional. Foram, durante muito tempo, responsáveis pela gestão das áreas protegidas existentes no País. (MEDEIROS, 2006).

Barbieri (2004) faz referência a uma nova fase na política ambiental brasileira, marcada pela criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, a qual representa uma mudança importante no tratamento das questões ambientais já que procura integrar as ações governamentais à abordagem sistêmica. Desse modo,

a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

Um de seus princípios é a proteção dos ecossistemas com a preservação de áreas representativas, e os objetivos consistem em definir áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológicos, de forma a atender aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, e um de seus instrumentos é criar espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal. (BRASIL, 1981).

A preparação de um Sistema de Unidades de Conservação no Brasil teve início ainda em 1976, em um trabalho denominado “Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia”, que fundamentou a elaboração do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil, publicado entre 1979 e 1982. (MERCADANTE, 2001). Por outro lado, sabe-se que o primeiro planejamento do Sistema de Unidades de Conservação para o País foi efetuado pelo então IBDF, com o apoio da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, tendo sido aprovado pelo governo e publicado oficialmente em 1979. Chamava-se “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil”. (PÁDUA, 2011). De fato, entre 1979 e 1985, foram criados dez Parques Nacionais, dos quais quatro na Amazônia; 13 Reservas Biológicas, cinco delas na mesma região, e 15

Estações Ecológicas, 11 na Amazônia, totalizando 20 UCs de proteção integral nessa parte do País. (BARRETTO FILHO, 2003).

Após oito anos de discussão no Legislativo desde a ECO-92, o projeto de lei que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da CF/88, institui o SNUC pela Lei 9.985, de julho de 2000, na qual detalha os princípios da conservação e a necessidade de se avaliarem as condições das categorias de UCs existentes no Brasil. Assim, o SNUC se tornou o dispositivo legal que define os critérios e as normas para a criação, implantação, gestão e manejo dessas unidades.

A Lei 9.985/2000, que institui o SNUC, compilou leis e conceitos anteriores, definindo UC como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (BRASIL, 2000).

Os objetivos de cada UC variam muito dependendo do tipo de unidade à qual a mesma pertence, mas, dentre os objetivos citados no art. 4º do SNUC, destacam-se: I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; [...]; IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; [...]; VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; [...]; X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; [...]; e XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

O art. 5º do SNUC será regido por diretrizes que: [...]; II – assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação; III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades; [...]; V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; [...]; VIII – assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e

econômicas locais; [...]; X – garantam às populações tradicionais cuja subsistência depende da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades e meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

Outro artigo importante do SNUC é o 6º no qual as UCs serão geridas pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; II – órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o IBAMA, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

De acordo com Brasil (2000), a Lei 9.985/2000 estabelece dois grupos de UCs: o grupo das unidades de proteção integral, contendo cinco categorias de manejo (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre), e o grupo das unidades de uso sustentável, que contempla sete categorias (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Para Santilli (2005) existe um princípio fundamental que orienta a interpretação jurídica do SNUC, é que se trata de um sistema de UCs socioambiental que visa proteger e conservar os recursos naturais e culturais associados, baseado na compreensão unitária e indissociável de ambiente e cultura, e de interação entre o homem e a natureza. Para que essa afirmação se concretize, o ideal é que todas as UCs tenham um modelo de planejamento e gestão adequado à realidade de cada população e específico ao ambiente natural onde à unidade foi criada.

O modelo de planejamento e gestão das unidades é um desafio futuro, pois, atualmente, apresenta caráter mais administrativo do que de manejo da conservação. A falta de Planos de Manejo em cerca de 78% das unidades federais e estaduais é uma clara limitação para a efetiva implementação de unidades. Entretanto, desde a promulgação do SNUC, houve significativos avanços nesse aspecto, pois 64 Planos de Manejo de unidades federais foram elaborados, e 103 estão em fase de elaboração. (PÁDUA, 2011).

A realidade dos estados é preocupante: das 397 UCs estaduais, 340 ainda não possuem o Plano de Manejo, sendo que apenas dois estão em fase de elaboração. O mesmo ocorre com a criação dos conselhos gestores das unidades, que, apesar de estarem instituídos em apenas 179 unidades federais e 77 estaduais, foi somente após a Lei do SNUC que eles passaram a ser obrigatórios na gestão de uma UC.

Os programas de planejamento, gestão e manejo têm como objetivo a organização do espaço, incentivando a recuperação econômica e a ecológica, buscando sempre a melhoria da população que vivem nas unidades. De acordo com Cavalcanti e Viadana (2007), o planejamento é um sistema de grande amplitude constituído de metas que envolvem e estabelecem interdependências dos elementos na busca de resultados positivos. O propósito é inserir nas UCs o planejamento socioambiental, buscando sempre a preservação e a conservação dos recursos ambientais de um território, e a melhoria da qualidade de vida da população local, também é apontada como um dos requisitos para o desenvolvimento de um sistema de gestão socioambiental.

Entende-se por gestão socioambiental de UCs como o processo que busca equilibrar o planejamento, a coordenação e o controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da UC. (FARIA; PIRES, 2007). A Lei 9.985/2000 considera a importância da gestão participativa, pois prevê que cada UC tenha seu conselho gestor, que deve ser constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, da população local, entre outros. Embora essa ferramenta esteja prevista no SNUC e se ampliando, ainda é necessário fortalecer a participação social na gestão das unidades de forma que a população local e setores envolvidos compreendam os benefícios socioeconômicos e contribuam para otimizá-los.

O principal instrumento de gestão de uma UC é o Plano de Manejo, definido como um documento técnico, baseado nos objetivos gerais de uma UC, estabelecendo o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Faria e Pires (2007) afirmam que o Plano de Manejo é necessário para uma gestão eficiente, uma vez que estabelece os diversos “afazeres” para se alcançar os objetivos

de manejo das UCs. Além disso, o plano é dinâmico e deve ser sistematicamente revisto, a fim de se adequar às novas realidades.

Ainda que o SNUC indique que todas as UCs disponham de um Plano de Manejo, que deve ser elaborado no prazo de cinco anos após a criação da UC, a maioria delas não dispõe dessa ferramenta. Castro (2004) acrescenta que a ausência de investimentos nas unidades é constatada pela baixa incidência de Planos de Manejo e até mesmo em UCs que conseguiram implementá-los.

Nesse contexto, Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2009) afirmam que, ao implementar as áreas protegidas sob a ótica das UCs, potencializa-se a política ambiental nacional. Entretanto, a efetiva proteção, distribuição equitativa dos benefícios das UCs e a gestão ambiental são feitas em desacordo com o que é estabelecido em lei. Dessa forma, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos no sentido de verificar essas fragilidades e mostrar as alternativas para superá-los.

### ***3.2 Legislação estadual e a gestão das Unidades de Conservação***

De acordo com Cunha e Coelho (2007), o Estado é principal mediador no processo de regulação do uso e acesso aos recursos naturais e de proteção do meio ambiente, e tem procurado construir um modelo de gestão que integre diversos interesses, propondo resolver as contradições postas quando se procura alcançar o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza. Uma das políticas que parecem expressar bem os desafios e as oportunidades colocados à proteção socioambiental no País é a criação das Reservas Extrativistas, no contexto mais amplo de implantação de UCs para proteger áreas consideradas ecologicamente estratégicas do território nacional.

A legalização da criação de UCs obriga o Estado a efetuar estudos e a elaborar os Planos Emergentes e Planos de Manejo adequados a cada categoria. A presença do Estado, com suas leis e ordens, se concretizou com a intervenção socioambiental aceitando as propostas de destinar algumas áreas naturais para que fossem resguardadas da ação humana impactante, tomando, assim, a criação de áreas protegidas, na forma de UCs, para que houvesse um entrosamento do homem com a natureza, de modo que o homem passasse a ser considerado parte dela.

As primeiras iniciativas políticas direcionadas à proteção dos ecossistemas maranhenses datam da década de 1940, quando o Poder Público decretou uma área remanescente do Bioma Amazônico, localizado em São Luís, como Floresta Protetora dos Mananciais Abastecedores do Município de São Luís.

A partir de 1993, compete ao Estado do Maranhão definir, implantar e administrar espaços territoriais e seus componentes representativos de ecossistemas originais a serem protegidos, com vistas a manter e a utilizar racionalmente o patrimônio biofísico e cultural de seu território. Para que isso ocorra, é necessário que as esferas administrativas assumam suas responsabilidades, e que esse real engajamento com as questões da sociedade civil busque soluções para a gestão integrada e participativa dos recursos naturais, partindo do princípio de que a sustentabilidade socioambiental poderá deixar de ser uma utopia.

A legislação estadual relativa às áreas de proteção estão descritas na Lei 5.405, de 8/4/1992, que instituiu o Código de Proteção do Meio Ambiente (Capítulo III, seção VII). O Decreto 13.494, de 12/11/1993 regulamenta a Lei 5.405 (Capítulo II, seção VIII), e Lei 8.528, de 7/12/2006, a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade (Capítulo II, seção IV). Nos últimos anos, vem sendo discutidas propostas de decretos regulamentadores para temas específicos (compensação ambiental, conselhos gestores, gestão compartilhada etc.).

Um dos marcos importante para a consolidação da legislação estadual de proteção ao meio ambiente ocorreu quando foi assinada a lei 9.413, de 13 de julho de 2011, que Regulamenta o art. 241 da Constituição do Estado do Maranhão, o Capítulo III, Seção VII da Lei Estadual 5.405, de 8 de abril de 1992, o Capítulo II, Seção VIII do Decreto Estadual 13.494, de 12 de novembro de 1993, e instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão e dá outras providências em concordância com a Lei 9.985.

No capítulo II do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (Seuc), o art. 3º determina que o Seuc deve ser constituído pelo conjunto das unidades de conservação estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei. No capítulo III determina do Fundo Estadual de Unidades de Conservação, no qual art. 7º – Fica instituído o Fundo Estadual de Unidades de Conservação (Feuc), destinado a gerenciar os procedimentos de aplicação de compensação ambiental e demais recursos financeiros

obtidos em unidades de conservação. E o art. 8º constitui os recursos do Fundo Estadual de Unidades de Conservação em: I – recursos do Estado e a ele especificamente destinados por dispositivos legais e II – recursos oriundos de compensação ambiental.

Diante dessa judicialização o Estado do Maranhão criou 11 UCs, cuja gestão é de responsabilidade da Sema/SDEA/DPCA e de eventuais cogestores; 4 delas integram o grupo de Proteção Integral: Parque Estadual do Mirador, Parque Estadual do Bacanga, Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís e Estação Ecológica do Sítio Rangedor; as demais integram o grupo de Uso Sustentável, quais sejam: área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, Área de Proteção Ambiental da foz do Rio das Preguiças – Pequenos Lençóis – Região Lagunar Adjacente, Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiças, Área de Proteção Ambiental do Maracanã, Área de Proteção Ambiental do Itapiracó e Área de Proteção Ambiental dos Morros Garapenses. (MARANHÃO, 2002).

No Maranhão, os Parques Estaduais e as Estações Ecológicas pertencem ao grupo mais restritivo do Seuc, e essas áreas são utilizadas direta e indiretamente, na maioria dos casos, de forma predatória, o que deriva da deficiente estrutura pública destinada à sua gestão, que inclui, dentre outras ações, a fiscalização e o monitoramento ambientais.

Uma das UCs estaduais mais negligenciadas é o Parque Estadual Marinho, localizado no Litoral ocidental do Maranhão. Nesse parque, é possível perceber uma relação direta com a APA das Reentrâncias Maranhenses, pois abrigam ecossistemas recifais e manguezais extremamente frágeis em relação a desequilíbrios ambientais e são primordiais à manutenção de processos ecológicos marinhos, constituindo-se em *habitat* e “berçário” para várias espécies de peixes e outros animais, alguns, inclusive, detentores de alto valor comercial. O estado não dispõe de aparato técnico-profissional para a gestão das duas UCs, o que vai de encontro aos objetivos estabelecidos na legislação.

Vale destacar que três UCs estaduais localizam-se integralmente no Município de São Luís (APA da Região do Maracanã, Esec do Sítio Rangedor e PE do Bacanga) e dois têm o território compartilhado com outros municípios, a saber: APA do Itapiracó e APA de Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiças. Nos últimos anos, se presenciou um crescimento urbano significativo na ilha do Maranhão, inclusive nessas áreas protegidas, o que

fica claro que elas não são alvo de políticas públicas contínuas de proteção de seus ecossistemas e gestão dessas UCs.

Três UCs localizadas no Maranhão foram incluídas na Lista da Convenção de Ramsar, tratado intergovernamental sobre a importância global das zonas úmidas, a qual tem como foco a sustentabilidade socioambiental das zonas úmidas. Esse tratado foi acordado por alguns países no ano de 1971, na cidade iraniana de Ramsar. O Brasil aderiu oficialmente a esse acordo em 1993 e considera como diretriz para indicação, que as zonas úmidas correspondam a UCs, visando facilitar a gestão e agregar ações locais, regionais, nacionais e internacionais destinadas à proteção efetiva de tais áreas.

O Maranhão possui a maior parte dos Sítios Ramsar brasileira, são eles: as APAs das Reentrâncias Maranhenses (incluída no dia 30/11/1993) e da Baixada Maranhense e PE Marinho (ambos incluídos em 29/2/2000). Mesmo reconhecida a importância das UCs, elas são relegadas ao *abandono*, pois a inexistência e/ou insuficiência de políticas públicas que valorizem as integridades ecológica e social dessas áreas são evidentes. Prova disso é a ausência do Plano de Manejo, situação que impossibilita a proteção efetiva.

As únicas UCs no Maranhão que já possuem Plano de Manejo são: o PE do Bacanga, a APA do Itapiracó e a Esec do Sítio Rangedor; entretanto, esses documentos não estão legalmente aprovados conforme determinado em Brasil (2000), demonstrando ineficiência na aplicabilidade da lei estadual que gera as UCs no Maranhão.

Um dos pontos positivos em relação à gestão das UCs estaduais refere-se à designação de servidores para o exercício da função gratificada de chefe das Unidades, iniciativa legal da Sema. Entretanto, essa iniciativa foi desfeita em 2011, gerando um cenário de retrocesso em relação à gestão das UCs. Atualmente está em trâmite, inclusive, em processo de consulta pública do SNUC do Maranhão.

#### **4 Considerações Finais**

É fato que a instituição do SNUC foi um marco para a política ambiental brasileira, pois, além de normatizar as categorias de manejo de UCs e os processos de criação, implantação e gestão desses espaços, oferecendo uma visão integrada de manejo da conservação, o sistema foi elaborado para garantir a participação da sociedade.

É importante que a população maranhense perceba que as UCs não são somente espaços desabitados onde a natureza ainda é intocada, mas devem ser vistas como sistemas abertos e interativos, em que a participação dos atores sociais residentes nas UCs e do entorno seja fundamental tanto por meio da associação do conhecimento tradicional ao científico quanto pela cogestão das unidades.

É fundamental que pesquisadores tenham as informações necessárias dos gestores ou mesmo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) para que possam desenvolver atividades que venham a atender a essas lacunas. Os órgãos de fomento também devem conhecer essas informações, a fim de direcionar editais e termos de referência para que sejam financiados projetos e programas adequados às necessidades dessas áreas, não somente com foco nas áreas naturais, mas também nas sociais.

Conclui-se, ainda, que os problemas que incidem sobre o planejamento e a gestão das UCs no Maranhão não devem ser direcionados somente aos órgãos responsáveis por essas atividades, e sim, por todos que estão envolvidos direta e indiretamente na preservação e conservação dessas áreas. Dessa forma, não se pode pensar sem planejamento e gestão desvinculada da população inserida nas unidades.

## Referências

---

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARRETTO FILHO, H. T. *Da Nação ao Planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia Brasileira*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP, São Paulo, 2001.

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Ed. da FVG, 2006.

BRASIL. *Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/6938.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/6938.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

CASTRO, Paula Felício Drummond de. *Ciência e gestão em unidades de conservação: O caso do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar)*, SP. 2004. 115p. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2004. 115p.

CAVALCANTI, Agostinho; VIADANA, Alder Guilherme. *Organização do espaço e análise da paisagem*. Rio Claro: Edunesp/IGCE, 2007.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 43-79.

FARIA, Helder Henrique de. PIRES, Andréa Soares. Atualidades na Gestão de Unidades de Conservação. In: ORTH, Dora; DEBETIR, Emiliana (Org.). *Unidades de Conservação: gestão e conflitos*. Florianópolis: Insular, 2007. p. 11-42.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-66.

MARANHÃO. GEPLAN. *Atlas do Maranhão*. Labgeo/Uema, São Luís, 2002.

MEDEIROS, Rodrigo de Jesus. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*, v. IX, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Org.). *Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (Org.). *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011. p. 21-36.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Edunesp, 2004.

